



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

24 de fevereiro 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigo	Data: 24/02/2015
Assunto: Carreira		Página: 18

DIÁRIO CATARINENSE

CARREIRA DO MAGISTÉRIO

EDUARDO DESCHAMPS
Secretário de Estado da Educação
Florianópolis



Os sistemas educacionais com os melhores resultados do mundo apontam como principais fatores de sucesso três itens: projetos pedagógicos eficazes, professores bem preparados e sistemas de gestão eficientes. Nos últimos anos, o governo de Santa Catarina vem realizando projetos para melhorar esses itens. Entre as ações voltadas aos profissionais do magistério, estão o concurso público após oito anos, com a efetivação de mais 5 mil professores, e o edital para professores efetivos cursarem mestrado ou doutorado com licenças remuneradas. Cabe agora uma nova etapa para garantir professores bem preparados e motivados: a nova carreira do magistério.

Desde o advento da lei do piso, diferentes carreiras do magistério em todo país foram desorganizadas. O mesmo ocorreu em Santa Catarina. Enquanto o vencimento base dos professores com nível médio passou de R\$ 609, em 2010, para R\$ 1.697, em 2014, (178% de aumento), o vencimento base de professores de nível superior passou de R\$ 993 para R\$ 1.814 (82% de aumento) no mesmo período. Ou seja, ocorreu o achatamento da carreira.

É hora de uma nova etapa para garantir professores bem preparados e motivados

Por conta disso, o governo do Estado entende que chegou a hora de valorizar aqueles que ganharam menos nos últimos quatro anos, que são os professores com graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e, ainda, incentivar os que atuam em sala de aula. Esses são os objetivos da nova carreira em discussão em audiências públicas por todo o Estado por meio de um fórum pela internet. Cabe registrar que o Fundeb de Santa Catarina aumentou 32% no período e a folha total aumentou 70%. Ou seja, recursos que antes eram aplicados na manutenção das escolas passaram a ser investidos no pagamento dos professores.

Além disso, a medida provisória da nova forma de contratação dos ACTs, enviada pelo governo à Assembleia Legislativa, visa a garantir as condições básicas para a aplicação dos ganhos aos professores que receberam menos até agora, dentro dos limites de receita do Estado, sem que haja redução do salário dos ACTs em relação ao ano passado. Desta forma, não há perda, edificam-se as condições para realização de concurso para efetivação de novos professores este ano e viabiliza-se a aprovação de uma nova carreira que irá premiar significativamente os profissionais do magistério



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 24/02/2015

Assunto: Ensino Fundamental

Página: 23

DIÁRIO CATARINENSE

Ensino fundamental de nove anos forma turmas

APROVADA EM 2006, lei determinou que escolas públicas e privadas alterassem o regime do EF até 2010 para fazer a adaptação de alunos

JAQUELINE SORDI
reportagem@diario.com.br

Uma reforma de fevereiro de 2006 estabeleceu, por lei, a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos. Até então, a duração dessa etapa era de oito anos, divididos em séries, com ingresso aos sete anos.

A partir da aprovação do novo regime, municípios, Estados e Distrito Federal tiveram até 2010 para pôr em prática a medida. Para instituições de ensino que aderiram ao novo sistema imediatamente, em 2014 se formaram as primeiras turmas de 9º ano. Para as demais, as mudanças seguem ocorrendo, e os dois regimes funcionam de forma concomitante nas escolas. Com a ampliação de um ano, os conteú-

dos foram redistribuídos entre os anos do novo ensino fundamental.

Em vários países, o sistema de nove anos já é usado. Especialistas defendem que, ao entrar com seis anos na escola, as crianças têm mais tempo de adaptação e já podem começar com a alfabetização.

Pedagoga e professora da graduação em Pedagogia Regina Urmersbach entende que este é o momento de as escolas refletirem sobre as implicações das alterações nos primeiros anos de ensino, já que muitas aderiram ao novo sistema de forma despreparada.

— Algumas alterações foram feitas sem uma orientação clara e sem uma discussão aprofundada. O novo regime surgiu como uma forma de aproximar as crianças da escola e qualificar o aprendizado, mas em nenhum momento para abreviar a infância, o que está ocorrendo em algumas escolas.

ENTENDA A MUDANÇA

Quando ocorreu? Em fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274 foi sancionada pelo presidente da República. A decisão do Ministério da Educação foi de que todas as escolas, públicas e particulares, deveriam aderir ao novo sistema de ensino fundamental de nove anos. O prazo foi até 2010 para adequação.

Com que idade é possível ingressar no EF? Pode ingressar no 1º ano quem completar seis anos até 31 de março. Quem fizer seis anos a partir deste dia deverá estudar na educação infantil e esperar o próximo ano.

A antiga primeira série agora é diluída no 1º e 2º anos? O 1º e o 2º ano do EF de nove anos têm conteúdos diferentes. Antes, o aluno deveria sair alfabetizado da 1ª série, hoje ele tem um tempo maior para aprender a ler e a escrever.



Veículo: A Notícia

Editoria: Artigo

Data: 24/02/2015

Assunto: Carreira

Página: 08

A NOTÍCIA

Carreira do magistério

EDUARDO DESCHAMPS

Secretário de Estado da Educação

Os sistemas educacionais com os melhores resultados do mundo apontam como principais fatores de sucesso três itens: projetos pedagógicos eficazes, professores bem preparados e sistemas de gestão eficientes. Nos últimos anos, o governo de Santa Catarina vem realizando projetos para melhorar esses itens. Entre as ações voltadas aos profissionais do magistério, estão o concurso público após oito anos, com a efetivação de mais 5 mil professores, e o edital para professores efetivos cursarem mestrado ou doutorado com licenças remuneradas. Cabe agora uma nova etapa para garantir professores bem preparados e motivados: a nova carreira do magistério.

Desde o advento da lei do piso, diferentes carreiras do magistério em todo país foram desorganizadas. O mesmo ocorreu em Santa Catarina. Enquanto o vencimento base dos professores com nível médio passou de R\$ 609, em 2010, para R\$ 1.697, em 2014, (178% de aumento), o vencimento base de professores de nível superior passou de R\$ 993 para R\$ 1.814 (82% de aumento) no mesmo período. Ou seja, ocorreu o achatamento da carreira.

É hora de uma nova etapa para garantir professores bem preparados e motivados

Por conta disso, o governo do Estado entende que chegou a hora de valorizar aqueles que ganharam menos nos últimos quatro anos, que são os professores com graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e, ainda, incentivar os que atuam em sala de aula. Esses são os objetivos da nova carreira em discussão em audiências públicas por todo o Estado por meio de um fórum de discussão pela internet. Cabe registrar que o Fundeb de Santa Catarina aumentou 32% no período e a folha total aumentou 70%. Ou seja, recursos que antes eram aplicados na manutenção das escolas passaram a ser investidos no pagamento dos professores.

Além disso, a medida provisória da nova forma de contratação dos ACTs, enviada pelo governo à Assembleia Legislativa, visa a garantir as condições básicas para a aplicação dos ganhos aos professores que receberam menos até agora, dentro dos limites de receita do Estado, sem que haja redução do salário dos ACTs em relação ao ano passado. Desta forma, não há perda, edifica-se as condições para realização de concurso para efetivação de novos professores este ano e viabiliza-se a aprovação de uma nova carreira que irá premiar significativamente os profissionais do magistério com maior qualificação.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Opinião

Data: 24/02/2015

Assunto: Carreira

Página: 06

Notícias do Dia

Carreira do magistério catarinense



Eduardo Deschamps

Secretário de Estado da Educação

Ao longo dos últimos anos, o governo de Santa Catarina vem realizando ações para melhorar a educação catarinense. Na questão pedagógica estamos realizando a redefinição dos currículos do ensino fundamental, médio e profissionalizante por meio da atualização da proposta curricular catarinense, além do pacto pela alfabetização e do ensino médio. No sistema de gestão avançamos com o novo modelo de seleção de diretores das escolas por meio de planos de gestão e participação da comunidade, em especial dos pais, e com o cartão de pagamento escolar que descentraliza recursos diretamente às escolas.

Com foco nos profissionais do magistério, além da melhoria salarial significativa ao longo dos últimos quatro anos, realizamos concurso, após oito anos, com a efetivação de mais cinco mil novos professores, e lançamos edital para professores efetivos cursarem mestrado ou doutorado com licenças remuneradas. Cabe agora uma nova etapa para garantir professores bem preparados e motivados em nossas escolas: a nova carreira do magistério.

Com a lei do piso (que é uma lei de salário mínimo e não de reajuste salarial) diversas carreiras do magistério em todo país foram desorganizadas. O mesmo ocorreu em Santa Catarina. Enquanto

o vencimento base dos professores com nível médio passou de R\$ 609,00 em 2010 para R\$ 1.697,00 em 2014 (178% de aumento), o vencimento base de professores de nível superior passou de R\$ 993,00 para R\$ 1.814,00 (82% de aumento) no mesmo período, ou seja, ocorreu achatamento da carreira.

Por isso, a nova carreira aberta e em discussão pela internet tem como objetivo valorizar os professores com graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado que ganharam menos nos últimos anos e incentivar os professores que atuam em sala de aula.

Além disso, a medida provisória da nova forma de contratação dos ACTs enviada pelo Governo à Alesc, visa garantir as condições básicas para a aplicação dos ganhos aos professores que receberam menos até agora dentro dos limites de receita do Estado, sem que haja redução do salário dos ACTs em relação ao que era pago no ano passado. Desta forma, não há perda, edificamos as condições para realização de concurso para efetivação de novos professores este ano e viabilizamos a aprovação de uma nova carreira que irá premiar significativamente os profissionais do magistério com maior qualificação ao longo do segundo mandato do governador Raimundo Colombo.

Cabe agora uma nova etapa para garantir professores bem preparados e motivados em nossas escolas.

Para manifestar sua opinião em artigos ou cartas, envie textos para opinioao@noticiasdodia.com.br ou redacao@noticiasdodia.com.br. Artigos, com 2.500 caracteres e devem ser acompanhados do nome do autor, e-mail ou telefone e foto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 24/02/2015

Assunto: Viagens

Página: 23

Notícias do Dia



RAFAEL VIETHORN/DIVULGAÇÃO/ND

- **Romaria.** A tabela do magistério passou de R\$ 1,8 bilhão, em 2011, para R\$ 3,1 bilhões, em 2015, com um acréscimo de 70%. O secretário de Educação, Eduardo Deschamps, está percorrendo o Estado, hoje estará em Lages, apresentando o estudo da nova carreira do magistério, com a proposta de descompactar a carreira. Até o dia 27, pretende concluir a romaria por 36 regionais



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Mario Motta	Data: 24/02/2015
Assunto: Udesc		Página: on-line



Mário Motta: Udesc prorroga prazo para auxílio moradia e alimentação em 2015

Prazo, que terminaria sexta-feira, dia 20, foi prorrogado até a próxima sexta-feira, 27

A Udesc transferiu a data final de inscrição do Edital do Programa de Auxílio Permanência, que concederá 104 auxílios-moradia, de R\$ 250, e 104 para alimentação, de R\$ 200, para alunos de todos os centros de ensino. O prazo, que terminaria sexta-feira, dia 20, foi prorrogado até a próxima sexta-feira, 27. Os interessados devem entregar os documentos nas direções de Extensão, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

É preciso atender a Resolução nº 47/2012 do Conselho Universitário, que determina regras como pertencer a família com renda de até um salário mínimo e meio. A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade publicará o resultado em 13 de março, até as 19h, no Portal Udesc e no mural do Hall da Reitoria, em Florianópolis.

A concessão dos auxílios terá a duração de 12 meses, com o pagamento da primeira parcela, agora referente a abril, previsto para ocorrer entre 1º e 5 de maio.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 24/02/2015
Assunto: Fies	Página: Online	

EM JORNAL E SERVIÇO DO BRASIL - N. 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Ministério da Educação abre nesta segunda-feira inscrições para o Fies

O Ministério da Educação abriu nesta segunda-feira (23) as inscrições para os interessados em participar do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), programa do governo federal. Os candidatos terão até 30 de abril para fazer a solicitação no site do programa.

Alguns internautas relatam problemas para acessar o site do programa nesta segunda-feira.

Neste ano, o prazo de inscrição foi limitado a pouco mais de dois meses, ao contrário de anos anteriores, em que o estudante de instituição privada de ensino superior tinha até junho para pleitear um financiamento para o primeiro semestre.

Por meio de uma portaria publicada nesta segunda no Diário Oficial da União, o MEC prevê que a redução do repasse das mensalidades do Fies para as instituições privadas "aplica-se somente ao exercício de 2015". No final de 2014, o MEC decidiu pagar apenas oito e não mais 12 parcelas como era antes.

No final do ano passado, a pasta publicou novas regras para o programa de financiamento estudantil e reduziu o fluxo de pagamento à escolas privadas - o que resultou em críticas e reações do setor. Entidades fizeram sucessivas reuniões com o MEC para tentar reverter a decisão.

Agora, o texto explicita que a redução de repasses não se estenderá para os próximos anos. "O art. 33 da Portaria Normativa MEC (...) aplica-se somente ao exercício de 2015", afirma trecho da portaria, assinada pelo ministro Cid Gomes (Educação).

INDICADORES DE QUALIDADE

A portaria afirma ainda que, para a concessão do financiamento, serão utilizados "indicadores de desempenho e de qualidade de instituição de ensino superior aderentes ao Programa". A norma, no entanto, não detalha quais são esses critérios.

Segundo o texto, essa exigência será detectada "mediante implementação de mecanismos específicos no SisFies" [sistema em que os estudantes solicitam financiamento].



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A União sustentou que a fixação da idade mínima para ingresso no ensino fundamental é atribuição do CNE e que as resoluções foram expedidas após estudos e audiências públicas.

O Ministério Público, por sua vez, sustentou que a sentença deveria ter validade em todo o território nacional, e não apenas Pernambuco.

A Primeira Turma do STJ então decidiu manter o limite de seis anos em todo o país. Para o ministro Sérgio Kukina, relator dos recursos, o critério cronológico não é ilegal nem abusivo, e não foi definido aleatoriamente, já que foi precedido de diversas audiências públicas e sugestões de especialistas.

De acordo com o ministro, o Poder Judiciário não poderia decidir contra as resoluções do CNE porque estaria invadindo a competência do Poder Executivo na tarefa de definir diretrizes educacionais no âmbito do ensino fundamental.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

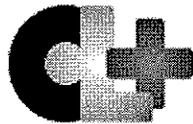
Veículo: Correio Lageano

Editoria: Política

Data: 24/02/2015

Assunto: transporte

Página: 06



CORREIO LAGEANO

Dilema do transporte escolar

O vereador Márcio Coelho, de Bocaina do Sul, abordou o assunto na Câmara e agora está levando o debate em frente para buscar rápida solução para a falta do transporte escolar dos alunos do interior que frequentam a Escola Estadual Campos Salles. Os alunos do programa Ensino Inovador e ensino médio não estão conseguindo frequentar a escola porque o prefeito simplesmente cortou o transporte. Diz que só transporta os alunos do interior que estão matriculados nas escolas municipais, e "que não teria obrigação de atender os demais".

Segundo o vereador, a escola ia oferecer um curso técnico, mas acabou cancelando porque os estudantes do interior não têm condições de se deslocarem para a escola à noite. Só da localidade de Piúrras, uma comunidade com mais de mil habitantes, são vários os alunos do ensino médio nessa situação, diz o vereador Márcio. Assessoria do prefeito Luiz Schmuler confirma que não está sendo feito o transporte até agora sob o argumento que o Estado ainda não assinou o convênio para o repasse dos recursos com nenhum dos municípios. E mais: "em 2014, a prefeitura de Bocaina do

Sul investiu mais de R\$ 540 mil em transporte escolar, sendo que o Governo do Estado repassou apenas R\$ 47 mil durante todo o ano", diz o assessor de imprensa Rodrigo Barth Pereira.

Mesmo assim, garante que, no ano passado, foi feito o transporte dos alunos do ensino médio inovador. Alega também que o Colégio Estadual Campos Salles implantou o programa (ensino em tempo integral), sem consultar se a prefeitura tinha ou não condições de fornecer o transporte. O prefeito já esteve em reunião com o secretário Regional, João Alberto Duarte, e o novo diretor da Gered, Humberto de Oliveira, solicitando reajuste dos valores.

Segundo o que foi repassado ao prefeito, amanhã, o secretário do Estado da Educação, Eduardo Deschamps, e a adjunta Elza Moretto estarão em Lages para rever os valores repassados ao município. Parece que está faltando o diálogo em Bocaina do Sul, onde a questão política está falando mais alto. Erra também o Estado que protela a assinatura dos convênios. O transporte escolar é uma das dores de cabeça dos prefeitos e uma preocupação das escolas e estudantes do interior.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 24/02/2015
Assunto: Currículo		Página: Online



ARTIGO - A QUESTÃO CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO, por Ricardo Martins

O Brasil, ao longo do tempo, tem realizado sucessivas reformas educacionais. Em muitos aspectos, houve significativas melhorias e avanços. Em outros, nem tanto. Em certas questões, houve grandes equívocos. Dentre os principais focos, o ensino médio.

Para melhor compreensão do argumento, cabe fazer inicialmente uma breve retrospectiva histórica. A seguir discutem-se quatro dilemas centrais presentes na atual discussão sobre a organização curricular do ensino médio. Finalmente, apresentam-se alguns dos diferentes encaminhamentos que têm sido oferecidos para a questão.

BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO

O ensino médio na Reforma Capanema

Realizada entre os anos de 1942 a 1945, reorganizou o ensino secundário e regulamentou o ensino industrial e comercial, além de promover a instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Já finda a era Vargas, com novo Ministro da Educação, esse movimento teve sequência, em 1946, com a reorganização do ensino primário, a regulamentação do ensino normal e agrícola e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

O Decreto-lei nº 4.244, de 1942, tratou do ensino secundário (geral), abrangendo o curso ginásial e o curso colegial. O presente texto se deterá sobre a organização deste último, que corresponde ao atual ensino médio brasileiro. Sem romper com o espírito de organização diversificada que presidiu o chamado “curso complementar” da Reforma Francisco Campos, de 1931, a reorganização de 1942 dividiu o ensino secundário(geral) nos ramos científico e clássico. Previu uma lista de dezesseis disciplinas, reunidas em três áreas: Línguas (seis disciplinas); Ciências e Filosofia (nove disciplinas); e Artes (uma disciplina). Duas línguas clássicas (Latim e Grego) eram exclusivas do curso clássico e o Desenho, do curso científico. Desse modo, havia um conjunto comum de treze disciplinas, mas elas não eram simultaneamente oferecidas em todas as séries. No curso científico, na sequência do primeiro ao terceiro ano, eram cursadas, respectivamente, 9, 10 e 9 disciplinas. No clássico, 8, 10 e 10.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/02/2015
Assunto: Investimentos		Página: Online



16 ESTADOS GASTAM MENOS DO QUE O MÍNIMO INDICADO COM ALUNO DE ENSINO MÉDIO

Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará estão na lista. PNE exige gasto por aluno com mínimo de qualidade a partir de 2016

Fonte: IG

O valor investido pelo governo federal em alunos do ensino médio de 16 Estados do País em 2015 não é suficiente para garantir a qualidade mínima de educação. Nas redes públicas de Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, entre outros, o gasto estimado pelo governo federal ficará abaixo dos R\$ 3.771, valor mínimo do Custo Aluno-Qualidade (CAQi), referência aprovada no Plano Nacional de Educação.

O valor mínimo necessário por aluno para garantir uma educação de qualidade foi atualizado a pedido do iG por José Marcelino de Resende, professor da USP e presidente da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação) com base em parecer aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2010.

Neste custo estão inclusos o custo de professores com formação e salário adequados, limites mais baixos no número de crianças por sala, escolas com biblioteca, laboratórios de ciência e informática e quadra esportiva.

Em dez Estados, o valor investido por aluno do ensino médio será de R\$ 3.220,46 – gasto mínimo estipulado pelo Fundeb em portaria publicada no dia 29 de dezembro de 2014.

Apenas 11 Estados têm valor superior ao mínimo de qualidade para o nível, entre eles estão Rondônia, Roraima, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O ensino médio é a fase escolar que mais tem provocado preocupações em relação ao mau desempenho dos estudantes. Na última avaliação do MEC, o país ficou abaixo da meta. Os estudantes tiveram, em média, nota 3,7, de dez pontos possíveis. E em 16 Estados, houve piora nos resultados de 2013 em relação a 2011.

Salário do professor e redução do nº de alunos por sala aumentam custo



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A implementação da Lei do Piso para professores, criada em 2008, e a redução do número de estudantes por sala são os dois itens de maior impacto no Custo Aluno-Qualidade, de acordo com Resende.

"O pessoal é o principal gasto da educação. Quando você reduz o número de estudantes por sala, precisa de mais professores."

No parecer do CNE, está previsto o limite de 30 alunos em salas do ensino médio. Em São Paulo, o limite usado na rede estadual é de 40 estudantes, no entanto, as aulas da rede voltaram neste ano com salas de até 85 alunos matriculados.

Outro ponto importante é a equidade na qualidade da educação, como previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. "Você tem que ter critérios mínimos. As escolas do Amazonas e de São Paulo são diferentes, claro que são. Mas nem por isso você pode abrir mão de ter biblioteca com bom acervo ou laboratório de ciência em uma escola do Amazonas. Devem ser diferentes, mas tem de ter", indica Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O Censo Escolar 2013, compilado pelo Qedu, mostrou que 65% das escolas brasileiras não têm biblioteca. Um trabalho feito por pesquisadores da UFSC e da UnB aponta ainda que 44% das escolas do País não têm TV ou computador.

CAQi deve ser aplicado a partir de 2016

O parâmetro, defendido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi incluído no Plano Nacional de Educação sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 2014. O plano prevê que até 2016, o valor de referência para o gasto com cada estudante de educação básica tenha como referência critérios de qualidade mínima da educação.

"São critérios muito objetivos, que são o mínimo que todas as escolas deveriam ter e não têm. O CAQi é o que diz a LDB. É melhor que o Fundeb, que é apenas um fundo contábil com o rateio de quanto se investe", avalia Resende. "Tem que investir, foi isso que outros países fizeram para sair do buraco."

O plano, aprovado em 2014, prevê o aumento de investimentos em educação até o índice de 10% do Produto Interno Bruto até 2024. Hoje, o percentual é de aproximadamente 6,1% do PIB. O texto responsabiliza a União pela complementação, quando necessário, do valor mínimo gasto por redes municipais e estaduais e isso é parte do entrave.

Com o corte de gastos implementado pelo governo de Dilma no início deste ano, o MEC sofreu uma redução de R\$ 7 bilhões em seu orçamento e foi o ministério mais afetado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo estimativas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, seriam necessários R\$ 37 bilhões de acréscimo para que as matrículas atuais das redes públicas atingissem o nível do CAQi. Se considerada a meta de inclusão de todos os brasileiros de 4 a 17 anos na escolas em 2016, outros R\$ 13 bilhões teriam de ser adicionados, informa Cara. O investimento seria algo próximo a 1% do PIB.

Na Conferência Nacional de Educação realizada no fim do ano passado, os representantes pediram o parecer do CNE sobre o CAQi, de 2010, seja homologado pelo ministério até maio de 2015 "para constar das leis orçamentárias para o ano de 2016, momento em que o CAQi deve estar implementado", afirma o documento.

Procurado, o Ministério da Educação não respondeu se o parecer do CNE deve ser homologado ainda este ano, quais seriam as estimativas do ministério de valor do CAQi e se o ministério trabalha com a expectativa de implementar o Custo Aluno-Qualidade em 2016.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/02/2015
Assunto: Recursos		Página: Online



NÃO FALTARÁ NENHUM RECURSO PARA A EDUCAÇÃO, DIZ CID GOMES

Ex-governador do Ceará fala do futuro do Ministério da Educação: "Tenho sorte de ser ministro no momento em que existe um plano com metas"

Fonte: Carta Capital

Depois de experiências bem-sucedidas em Sobral, quando prefeito, e no resto do Ceará, estado que governou por oito anos, Cid Gomes assume o Ministério da Educação disposto a tirar do atoleiro o ensino do País a partir de dois conceitos básicos: mérito e qualidade.

Seu primeiro projeto, já em consulta pública, pretende formar administradores de escolas, diretores com autonomia e preparo para mudar o ambiente e com parte da remuneração atrelada a metas predefinidas. Por trás do “Diretor Principal”, como se chama o plano, há ideias maiores, talvez uma redefinição do número de estabelecimentos escolares que permitam aos municípios pagarem o piso nacional aos docentes.

“Valorizar o professor não é abrir um sem-número de vagas de trabalho e pagar merreca. Valorizar o professor é dar a ele oportunidade de ganhar bem”, afirma o ministro. A seguir, Gomes também fala do sistema de avaliação dos alunos, do financiamento estudantil e da promessa do governo Dilma Rousseff de investir no ensino médio.

CartaCapital: O senhor chega ao Ministério da Educação diante de um impasse. O slogan do novo governo é “Pátria Educadora”, mas foram cortados 7 bilhões de reais do orçamento da pasta. Como conciliar o slogan e a realidade?

Cid Gomes: Só se pode falar em corte orçamentário quando há um orçamento. Vivemos a realidade de não ter um. Está no Congresso, mas não foi votado. O que há é um decreto para que o governo possa executar suas despesas. Os 7 bilhões de reais são uma estimativa, não um cálculo real. Tenho segurança de que não faltará nenhum recurso para manter as ações em andamento. O desafio da presidenta é fazer mais com menos. Eu concordo. É premissa do serviço público.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CC: Há sinais de cortes no Programa de Financiamento Estudantil.

CG: O Fies começou sem grande escala, mas o crescimento deu-se de forma acelerada. Em 2014 foram assinados 740 mil contratos de financiamento. Falamos de dinheiro público, é preciso zelo. Não pode virar balcão de negócios. Trata-se de um programa de ampliação de oferta do ensino superior, mas sem abrir mão da qualidade. Para se inscrever no Fies, é necessário obter 450 pontos no Enem e não zerar na redação, uma meta generosa. Acho que se deveria exigir os mesmos 450 pontos na redação.

Defendo uma plataforma única, que estabeleça no Fies o mesmo modelo do Sisu e do ProUni. Em vez de deixar oferta e demanda sem controle, vamos pedir para as instituições mandarem o que têm de oferta, ver as áreas que precisam ser estimuladas e colocar em um programa único. E o critério de ingresso será a nota do Enem, nada mais democrático. Ou seja, mérito e qualidade. Palavras-chave que sempre vão pautar as minhas ações.

CC: Dar prêmios para quem tem mais resultado não torna cada vez mais difícil para quem não teve como alcançar os demais?

CG: Essa é uma discussão respeitável. Lá no Ceará, premiamos as 150 melhores escolas. É dado um valor per capita como prêmio financeiro para investir em melhorias. Do valor, 70% é pago imediatamente e 30% fica condicionado a que as melhores apadrinhem uma das escolas que tiveram menor desempenho. E essas também vão receber um per capita, um pouco abaixo, dividido assim: 50% imediatamente e 50% se ela avançar. É um modelo que a gente imaginou. Modéstia à parte, fui eu mesmo.

CC: Como a experiência no Ceará pode ser replicada?

CG: Agora tenho a oportunidade de, muito mais do que as boas práticas e resultados alcançados em Sobral e no Ceará, ter acesso a várias ideias do Brasil. Vou tentar conhecer boas experiências públicas, filantrópicas e privadas na educação e difundí-las. Não pretendo inventar a roda. Educação a distância é uma delas.

CC: E a reforma do ensino médio?

CG: É uma determinação da presidenta. Pela primeira vez na vida sou auxiliar, e não chefe. Fui governador e prefeito duas vezes, então, para o bem e para o mal, eu é que dava o sim e o não. Agora tenho de cumprir as diretrizes que ela tornou públicas. Trabalho para isso.

CC: Quais as mudanças previstas para o Enem? O exame será online?

CG: O Enem pode ser mais humanizado, parar de causar aquela pressão de um único dia. Pode ser feito mais tranquilamente pelo aluno. Para tanto, preciso de um banco de questões, que tem tudo a ver de novo com o currículo e a base nacional. É premissa ter



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

mais questões. Nem fui atrás de quantas há, mas tenho certeza de que temos poucas. Pretendo lançar logo após a consulta pública do diretor principal, outra sobre esta do banco de itens para o Enem online.

Hoje, no dia do exame, você envolve Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros... A gráfica que imprime a prova tem 500 câmeras, sem exagero. Em meu juízo, isso é tenso para o aluno e complicado para o governo. Acredito que já em 2016 a gente possa ter um Enem online, embora eu vá lutar para começar ainda neste ano.

CC: É baseado no SAT, um dos exames de admissão no ensino superior dos EUA, certo?

CG: Não sou teórico, não espere de mim discussão teórica. Eu sou engenheiro civil e executivo. Podem até dizer “ah, é uma escolha política da Dilma”. Ela me escolheu por me conhecer como gestor e alguém comprometido com a educação. E não só no campo das ideias, mas da prática, na operação do dia a dia. É por fazer e melhorar indicadores. A discussão teórica fica lá com as minhas secretarias. Discussão por muito tempo, tenho pavor. Posso dizer que tive sorte de ser ministro no momento em que existe um plano de educação com metas, um roteiro claro do que precisa ser feito e quando.

CC: As prefeituras que não conseguem pagar o piso do magistério, defende o senhor, deveriam aumentar a quantidade de alunos por educador. Isso não vai causar uma briga com os sindicatos?

CG: Não quero comprar briga com ninguém. Quero sempre ouvir as demandas, é meu estilo. O que tenho dito sobre a relação professor-aluno sempre foi no plano da teoria, nunca estabeleci que a relação ideal é 1 para 10, ou para 30 ou 50. O ministério não tem poder para dizer quantos são no máximo. Há o seguinte: municípios reclamam da incapacidade de pagar o piso. Como troca de experiências, fui compartilhar medidas tomadas quando prefeito de Sobral. Nunca tive problemas de pagar o piso.

CC: Quando governador, o senhor enfrentou uma greve de 64 dias dos professores por salários em 2011.

CG: Enfrentei, mas o nosso calendário não foi prejudicado. Em Sobral, estabeleci a nucleação de escolas. Tenho a experiência de que escola boa é aquela com diversidade e quantidade de alunos. E é onde, pelo lado da administração, você pode concentrar esforços em pessoal e em recursos materiais. Penso que a nucleação de escola é boa, vou defender. Não posso obrigar ninguém a fazer, mas as políticas públicas definidas pelo ministério levarão em conta essa iniciativa. Vou citar um caso concreto: quando assumi, Sobral tinham 135 escolas. Discutimos e concentramos em 32.

CC: As demais foram fechadas?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CG: É um tabu fechar escola. Não encerrei as atividades em nenhum prédio, pois sabia que eram a única referência de poder público no lugar. Procurei melhorar os prédios e transformá-los em espaços dedicados à educação infantil ou em centro comunitário. Para tratar de educação é melhor ter menos escolas, com melhor estrutura, corpo diretivo e participação da comunidade. Isso dá a possibilidade de haver, de fato, uma relação racional professor-aluno. Eu posso ter uma situação em que a turma do 6.º ano só tem sete alunos. Se tenho escola nucleada, vou ter uma margem muito maior para fazer turmas com um número razoável.

CC: Qual a sua política de valorização do professor?

CG: Quando falo em redução das escolas, também penso nesse ponto. Valorizar o professor não é abrir um sem-número de vagas de trabalho e pagar merreca para eles, subexplorar. Valorizar é dar a ele oportunidade de ganhar bem e o município só pode pagar melhor se a relação professor-aluno for razoável.